

DMIS – Lista atualizada das isenções e correspondentes códigos para preenchimento da DMIS

As instruções de preenchimento da Declaração Mensal de Imposto do Selo (DMIS), aprovadas pela Portaria n.º 339/2019, de 1 de outubro, preveem expressamente que a lista das isenções disponibilizada pode ser modificada em função de alterações legislativas, sendo a lista atualizada a que em cada momento for disponibilizada pela Autoridade Tributária e Aduaneira no Portal das Finanças.

Tendo ocorrido essas alterações, a que acresce o facto de terem de se adicionar novas isenções à lista inicial, disponibiliza-se, para consulta e conhecimento dos sujeitos passivos obrigados à entrega da DMIS, a lista atualizada das isenções, bem como dos correspondentes códigos que devem ser utilizados no preenchimento da declaração.

Cód.	Descritivo das isenções	Diploma Legal	Artigo	Vigência	
				Início	Fim
1	O Estado, as Regiões Autónomas, as autarquias locais e as suas associações e federações de direito público e quaisquer dos seus serviços, estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, compreendidos os institutos públicos, que não tenham carácter empresarial	Código do Imposto do Selo (CIS)	6.º a)		
2	As instituições de segurança social		6.º b)		
3	As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa e de mera utilidade pública		6.º c)		
4	As instituições particulares de solidariedade social e entidades a estas legalmente equiparadas		6.º d)		
5	Os prémios recebidos por resseguros tomados a empresas operando legalmente em Portugal		7.º / n.º 1, a)		
6	Os prémios e comissões relativos a seguros do ramo «Vida»		7.º / n.º 1, b)		
7	As garantias inerentes a operações realizadas, registadas, liquidadas ou compensadas através de entidade gestora de mercados regulamentados ou através de entidade por esta indicada ou sancionada no exercício de poder legal ou regulamentar, ou ainda por entidade gestora de mercados organizados registados na CMVM, que tenham por objeto, direta ou indiretamente, valores mobiliários, de natureza real ou teórica, direitos a eles equiparados, contratos de futuros, taxas de juro, divisas ou índices sobre valores mobiliários, taxas de juro ou divisas		7.º / n.º 1, d)		
8	Os juros e comissões cobrados, as garantias prestadas e, bem assim, a utilização de crédito concedido por instituições de crédito, sociedades financeiras e instituições financeiras a sociedades de capital de risco, bem como a sociedades ou entidades cuja forma e objeto preencham os tipos de instituições de crédito, sociedades financeiras e instituições financeiras previstos na legislação comunitária, umas e outras domiciliadas nos Estados membros da União Europeia ou em qualquer Estado, com exceção das domiciliadas em territórios com regime fiscal privilegiado, a definir por portaria do Ministro das Finanças		7.º / n.º 1, e)		
9	As garantias prestadas ao Estado no âmbito da gestão da respetiva dívida pública direta, e ao Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P., em nome próprio ou em representação dos fundos sob sua gestão, com a exclusiva finalidade de cobrir a sua exposição a risco de crédito		7.º / n.º 1, f)		
10	Os empréstimos, incluindo os respetivos juros, por prazo não superior a um ano, desde que exclusivamente destinados à cobertura de carência de tesouraria, e efetuados por sociedades de capital de risco (SCR) a favor de sociedades em que detenham participações, bem como os efetuados por outras sociedades a favor de sociedades por elas dominadas ou a sociedades em que detenham uma participação de, pelo menos, 10 % do capital com direito de voto ou cujo valor de aquisição não seja inferior a 5 000 000 €, de acordo com o último balanço acordado e, bem assim, os efetuados em benefício de sociedade com a qual se encontre em relação de domínio ou de grupo		7.º / n.º 1, g)		
11	Os empréstimos, incluindo os respetivos juros, por prazo não superior a um ano, quando concedidos por sociedades, no âmbito de um contrato de gestão centralizada de tesouraria, a favor de sociedades com a qual estejam em relação de domínio ou de grupo		7.º / n.º 1, h)		
12	Os empréstimos com características de suprimentos, incluindo os respetivos juros, quando realizados por detentores de capital social		7.º / n.º 1, i)		

	a entidades nas quais detenham diretamente uma participação no capital não inferior a 10 % e desde que esta tenha permanecido na sua titularidade durante um ano consecutivo ou desde a constituição da entidade participada, contando que, neste caso, a participação seja mantida durante aquele período			
13	Os mútuos constituídos no âmbito do regime legal do crédito à habitação até ao montante do capital em dívida, quando deles resulte mudança da instituição de crédito ou sub-rogação nos direitos e garantias do credor hipotecário, nos termos do artigo 591.º do Código Civil		7.º / n.º 1, j)	
14	Os juros cobrados por empréstimos para aquisição, construção, reconstrução ou melhoramento de habitação própria		7.º / n.º 1, l)	
15	O reporte de valores mobiliários ou direitos equiparados realizado em bolsa de valores		7.º / n.º 1, m)	
16	O crédito concedido por meio de conta poupança-ordenado, na parte em que não exceda, em cada mês, o montante do salário mensalmente creditado na conta		7.º / n.º 1, n)	
17	Os atos, contratos e operações em que as instituições comunitárias ou o Banco Europeu de Investimentos sejam intervenientes ou destinatários		7.º / n.º 1, o)	
18	O jogo do bingo e os jogos organizados por instituições de solidariedade social, pessoas coletivas legalmente equiparadas ou pessoas coletivas de utilidade pública que desempenhem, única e exclusiva ou predominantemente, fins de caridade, de assistência ou de beneficência, quando a receita se destine aos seus fins estatutários ou, nos termos da lei, reverta obrigatoriamente a favor de outras entidades		7.º / n.º 1, p)	
19	A constituição de garantias a favor do Estado ou das instituições de segurança social, no âmbito da aplicação do artigo 196.º do Código de Procedimento e de Processo Tributário e do Decreto-Lei n.º 42/2001, de 9 de fevereiro		7.º / n.º 1, u)	
20	As operações de reporte de valores mobiliários ou direitos equiparados realizadas em bolsa de valores, bem como o reporte e a alienação fiduciária em garantia realizados pelas instituições financeiras, designadamente por instituições de crédito e sociedades financeiras, com interposição de contrapartes centrais	Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF)	32.º - D	
21	Os documentos, livros, papéis, contratos, operações, atos e produtos previstos na tabela geral do Imposto do Selo respeitantes a entidades licenciadas nas Zonas Francas da Madeira e da ilha de Santa Maria, bem como às empresas concessionárias de exploração das mesmas Zonas Francas, salvo quando tenham por intervenientes ou destinatários entidades residentes no território nacional, excetuadas as zonas francas, ou estabelecimentos estáveis de entidades não residentes que naquele se situem		33.º/n.º 11 + 36.º/n.º 9	31-12-2020
22	Regime aplicável às entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira a partir de 1 de janeiro de 2015		36.º - A / n.º 12 + 36.º - A/ n.º 13 + 33.º/n.º 11	31-12-2020
24	Entidades de Gestão Florestal (EGF) reconhecidas e Unidades de Gestão Florestal (UGF) reconhecidas		59.º - G / n.ºs 9 e 15	
25	Cooperativas		66.º-A / n.º 13	
26	Benefícios fiscais contratuais ao investimento produtivo (CFI)	Normas e Diplomas Avisos (NDA)	Art.º 8.º, n.º1, al. d) do Código Fiscal do Investimento	
27	CIRE - Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas		269.º	
28	Operações de titularização de créditos		Decreto-Lei n.º 219/2001, de 4 de agosto	
29	Instituições de Ensino Superior Público		Art.º 116.º da Lei 62/2007, de 10 de setembro	
30	Universidade Católica Portuguesa		Art.º 10.º, n.º 1, a), do Decreto-Lei n.º 307/71, de 15 de julho, conjugado com o Art.º 9 do Decreto-Lei 128/90, de 17 de abril	
31	Partidos Políticos		Art.º 10.º, n.º 1, a) da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho	
32	Fundação Aga Khan		Art.º 4.º, do Decreto-Lei n.º 27/96, de 30 de março	
33	Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia		Art.º 5.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 66/2007, de 19 de março	
34	CP - Comboios de Portugal		Base XXIX, do Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de março, conjugado com o Art.º 15.º, n.º 4, al. c), do Decreto-Lei	

			n.º 137-A/2009, de 12 de junho		
35	NATO		Resolução da AR n.º 79/2014; Aviso n.º 110/2014		
36	Estruturação Fundiária		Art.º 51.º, n.º 3, da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto		
37	Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e do Zinco		Acordo aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 63/2006; ratificado pelo Decreto do Presidente da República n.º 122/2006, de 6 de dezembro		
38	Grupo Internacional de Estudos do Cobre				
39	Grupo Internacional de Estudos do Níquel		Art.º 6, n.º 1, al. g) da Lei n.º 9/97, de 12 de Maio		
40	Associações representativas das famílias				
41	Isenção do imposto do selo, relativamente à transmissão (...) de estabelecimento comercial, industrial ou agrícola, necessários às operações de reestruturação ou aos acordos de cooperação	EBF	Art.º 60.º / n.º 1, b)		
42	Transportes Aéreos Portugueses S.A.	NDA	Art.º Único, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 258/98, de 17 de Agosto		
43	As apólices de seguros de crédito à exportação, incluindo os seguros de crédito financeiros e os seguros caução na ordem externa, concedidos com ou sem garantia do Estado, desde que, em qualquer dos casos, o imposto constitua encargo do exportador e o mesmo esteja a atuar no âmbito da sua atividade de exportação.	NDA	Art.º 2.º, n.º 1, al. a) do Decreto-Lei n.º 109/2020, de 31 de dezembro	01-01-2021	31-12-2022
44	As garantias das obrigações, sob a forma de garantias bancárias na ordem externa ou de seguros caução na ordem externa, desde que, em qualquer dos casos, o imposto constitua encargo do exportador e o mesmo esteja a atuar no âmbito da sua atividade de exportação.		Art.º 2.º, n.º 1, al. b) do Decreto-Lei n.º 109/2020, de 31 de dezembro	01-01-2021	31-12-2022
45	As garantias prestadas pelo Estado no âmbito das apólices de seguros referidas nas alíneas a) e b) do número anterior e emitidas, até 31 de dezembro de 2022, nos termos do artigo 15.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 183/88, de 24 de maio, na sua redação atual.		Art.º 2.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 109/2020, de 31 de dezembro	01-01-2021	31-12-2022